A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DE SERGIPE: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Larissa Andrade Santos Nascimento- UFS

Mônica andrade Modesto-UFS

RESUMO

Esse estudo buscou analisar o Currículo de Sergipe referente ao texto dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essa escrita partiu do seguinte problema de pesquisa: como as questões socioambientais estão presentes nos pressupostos dos Anos Inicias do Ensino Fundamental no Currículo de Sergipe? Diante disso, o objetivo geral foi compreender como as questões socioambientais estão inseridas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Currículo de Sergipe. Esse estudo é de natureza qualitativa e tipo documental, a sua análise se baseia na Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2006). Por meio da análise, foram encontradas quatro categorias de Educação Ambiental: crítica, conservacionista, naturalista e pragmática. Esse estudo se alinha a perspectiva crítica de Educação Ambiental. Para tanto, concluímos que existem fragilidades nesse currículo e por isso existe a necessidade de revisão, por outro lado, há a possibilidade de formar seres críticos/as por intermédio desse currículo.

Palavras-Chave: educação básica; ensino público; educação sergipana.

INTRODUÇÃO

No sistema capitalista, marcado pela mercantilização de produtos e serviços, educação também se tornou uma mercadoria e, como tal, passou a servir aos interesses daqueles/as que mantém o *status quo.* A crise educacional, forjada nesse sistema, segundo Darcy Ribeiro (1986), é proposital, tendo sido desenhada para formar para o trabalho, culminando no baixo acesso da população ao Ensino Superior. Andamos a passos lentos para universalizar o ensino, algo que só ocorreu no século XXI, permitindo, assim, que o acesso à educação deixasse de ser um direito garantido e fosse um privilégio (Silva; Muzzeti, 2018).

O currículo é o documento norteador, responsável por definir o tipo de educação que a sociedade irá receber. Ademais, o currículo é um documento detentor de poder, por isso, os conteúdos que são escolhidos para a composição desse documento, dizem muito acerca das intenções de quem o confecciona. Entendendo que os ideais da classe

dominante são os que prevalecem na sociedade, provavelmente também prevalecerão no currículo (Silva, 1999).

Destarte, o currículo é um documento de poder, utilizado pelo capitalismo para docilizar os corpos e os moldar conforme a necessidade desse modelo econômico. Modesto (2019, p. 38) diz que [...] "o currículo pode ser entendido como um objeto cultural que auxília no controle da sociedade a serviço de um sistema que reifica o processo de dominação por meio da alienação assentada no consumismo." Cooptando assim, esse currículo, que deveria ser pensado como princípio de liberdade e criticidade, para ser utilizado a favor da manutenção do *status quo.*

Para tanto, o modelo econômico vigente necessita disseminar os seus ideais de dominação para assim, continuar o processo de controle social. Diante do exposto, entendemos o papel do currículo nesse processo, uma vez que, o mesmo, é formatado para servir ao capitalismo e a classe dominante. Oferecendo apenas instrução e não um processo formativo que permita aos/as estudantes questionar as contradições existentes na sociedade (Silva, 2011).

Percebendo que o currículo é uma construção social e que ele se adequa de acordo com quem detém o poder, podemos, então, falar que o Currículo de Sergipe vai prezar pela construção de seres competitivos/as e que auxiliem na manutenção do *status quo.* Sujeitos/as que não são preparados/as para pensar a conjuntura na qual estão inseridos/as e nos moldes de opressão que o capitalismo impõe. Não havendo mobilização coletiva pela busca de uma condição de vida justa e com equidade (Modesto, 2019).

Frente ao tecido social constituído no sistema capitalista e aos seus desdobramentos, é mister pensar um currículo que apresente condições para a discussão da problemática socioambiental. Esta decorre de injustiças e desigualdades que geram a degradação e exploração da natureza- e também da humanidade, pois entendemos que ambas são indissociáveis. A população em situação de vulnerabilidade socioeconômica sofre diretamente os impactos da problemática socioambiental, sendo a maior atingida por catástrofes naturais (Layrargues, 2009).

A macrotendência crítica de Educação Ambiental tem como preceito a transformação social e a emancipação do ser. Os seus direcionamentos estão ligados a confecção de processos educativos que promovem a valorização do sentimento de pertencimento da humanidade a natureza e a sua indissociação, para que sejam alcançadas

a sensibilização, mobilização coletiva e o cuidado para com a natureza. Ou seja, concretamente, isso significa se posicionar de maneira crítica quanto à necessidade de ruptura paradigmática existente, decorrente, em parte, de como se estruturam as relações sociais, além de buscar romper com os padrões impostos pelo capitalismo que tratam a humanidade e a natureza como mercadorias (Costa; Loureiro, 2017).

O CURRÍCULO DE SERGIPE: ANOS INICIAIS

No texto presente no Currículo de Sergipe referente ao nível dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental o mesmo se estrutura em: "Áreas do conhecimento; Competências especificas de área; Componentes curriculares e Competências especificas de componente" (Sergipe, 2018, p. 20). A divisão acontece por intermédio de "Unidades temáticas" e "Objetivos do conhecimento" referentes aos Anos Iniciais e "Especificação dos objetos de conhecimento" (Sergipe, 2018, p. 20).

O nível dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem enfoque na realização de competências e habilidades, alicerçadas na formação para a resolução de problemáticas cotidianas, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Tudo isso é proposto por meio de ações educacionais que dão ao/a estudante a possibilidade de promover o desenvolvimento de competências direcionadas a aprendizagem, além do alinhamento entre as próprias necessidades e as expectativas advindas da sociedade contemporânea (Sergipe, 2018).

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Currículo de Sergipe se dão pela divisão das cinco áreas do conhecimento e para cada uma delas foram elaboradas competências específicas. Dentro das Linguagens estão: Língua Portuguesa, Arte e Educação Física; nas Ciências da Natureza: Ciências e nas Ciências Humanas: Geografia e História, na área de Matemática: a área comtempla apenas a si mesma, na área de Ensino Religioso: a área contempla apenas a si mesma (Sergipe, 2018).

Os dados a serem apresentados nesse artigo são advindos de um estudo feito em uma pesquisa de iniciação científica referente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que teve como problema: como as questões socioambientis estão presentes nos pressupostos dos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental no Currículo de Sergipe? O objetivo geral foi compreender como as questões socioambientais estão inseridas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Currículo de Sergipe sob a perspectiva da educação ambiental.

METODOLOGIA

O estudo teve natureza qualitativa, tipo documental e a análise ocorreu com base na Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2006). Para esta autora, a AC é dividida em três etapas: análise prévia, exploração do conteúdo e inferências e resultados. Durante a análise prévia existe a escolha e o tratamento dos dados que serão analisados. Posteriormente, com a exploração do conteúdo acontece a descrição analítica. A inferência alcança o entendimento por meio dos dados obtidos promovendo a elucidação.

Diante do exposto, após o mapeamento e alcance desses dados, ocorreu a seleção das habilidades que foram as seguintes palavras-chave: natureza, ambiente, ambiente natural, exploração e mudanças climáticas. A etapa posterior se deu pela produção de um quadro que em sua estrutura trazia as unidades de registro e as unidades de contexto retiradas do Currículo de Sergipe. Foram encontradas no corpo do texto do Currículo de Sergipe referente aos Anos Inicias do Ensino Fundamental 04 categorias de Educação Ambiental: crítica, conservacionista, naturalista e pragmática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As categorias de Educação Ambiental que estão presentes na estrutura do Currículo de Sergipe são: crítica, conservacionista, naturalista e pragmática. Por Educação Ambiental crítica entende-se um processo que não separa os aspectos sociais dos aspectos ambientais, devido à existência da problemática socioambiental. Essa problemática se agrava conforme o/a homem/mulher não mais se entende como parte da natureza e sim como o/a seu/a detentor/a (Loureiro, 2020). Perante esse pensamento que é reforçado pelo modelo econômico vigente, os bens naturais passam a ser entendidos como recurso, se transformando em mercadoria.

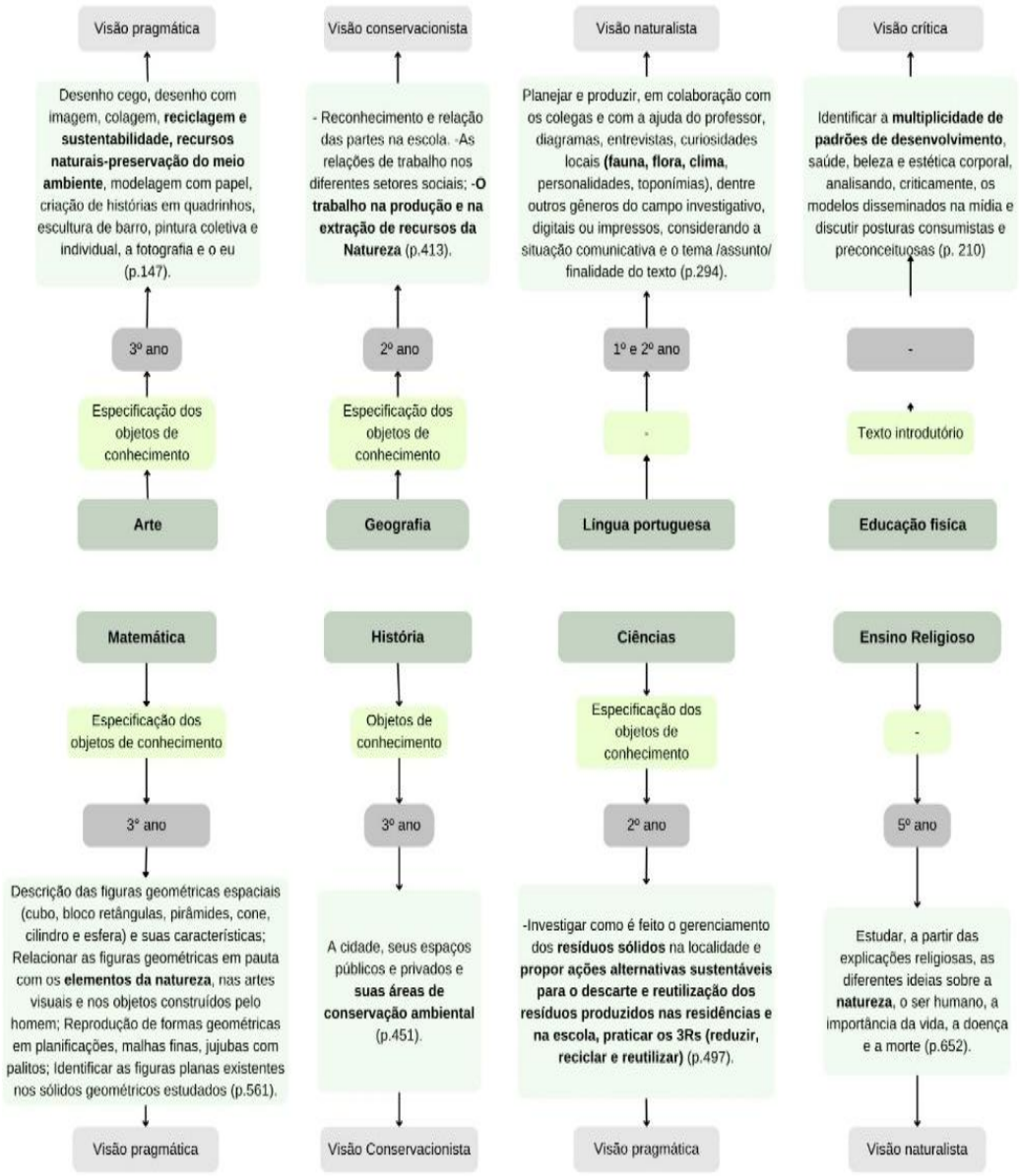
A corrente conservacionista de Educação Ambiental diferentemente da categoria crítica, tem o preceito de apenas conservar o ambiente para que as gerações atual e futura possam se utilizar da mesma. Essa corrente preza pela pontualidade das ações e prega que é possível conservar a natureza se cada indivíduo/a fizer a sua parte, tirando a responsabilidade do poder público e das grandes corporações que degradam desenfreadamente o ambiente. Assim, essa corrente nega a relevância da coletividade na realização de ações e não produz criticidade, reverberando um discurso raso (Modesto; Araújo, 2021).

Já a corrente naturalista de Eduação Ambiental se pauta no contato do/a indivíduo/a com o meio natural, de acordo com essa categoria esse contato nos dá a possibilidade de ter experiências que somente o meio natural pode oferecer. A corrente exalta a natureza e compreende a importância de cuidado para com ela. A mesma compactua com o princípio do uso dos bens naturais apenas para subexistência e não para benefício financeiro (Modesto, 2019).

A macrotendência pragmática de Educação Ambiental não faz correspondência entre a relação sociedade e natureza. Diante disso, a mesma não compreende que o processo de produção sem escrúpulos que ocorre por meio das demandas do capital, degrada a natureza e promove a desigualdade social. Ao contrário, propaga a concepção de que não existe a necessidade de diminuir os moldes de produção, pois a reciclagem conseguirá conter as problemáticas emergentes dessa produção massiva (Rufino; Camargo; Sánchez, 2020).

A seguir, temos a figura 1 que trata acerca das unidades de contexto e unidades de registro que foram encontradas no Currículo de Sergipe. As unidades de contexto estão dispostas em negrito. As presentes informações foram obtidas do Currículo de Sergipe, tratando de concepções de EA referente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Figura I- Emergência da Educação Ambiental na etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental no Currículo de Sergipe



Fonte: Autoria própria (2024).

Diante das categorias de EA encontradas a concepção crítica só se apresentou ligeiramente apenas no componente curricular Educação Física, em um pequeno trecho que tratava a cerca do alto indíce de consumo. Entendemos então o lugar no qual a EA é posta, sendo vista de modo pontual e com aspectos pragmáticos que apenas corroboram com a atual conjuntura de degradação. “ A falta de problematização sobre essa atividade

insustentável é a negação às crianças de um pensamento crítico e do despertar de uma consciência pautada na criticidade[...]" (Modesto, 2019, p. 108).

O componente curricular Arte apresenta uma visão pragmática, pois tem uma ideia com predomínio de reciclagem como abordagem da questão ambiental e da EA. Em suas habilidades no 1º ano, aparece a frase "[...]fazendo o uso sustentável[...]" (Sergipe, 2018, p. 134), mas apenas se detém a falar, em nenhum momento explica como seria esse uso sustentável. O que nos leva a pensar que cada pessoa pode escolher o seu modo de ser sustentável, partindo assim para o individualismo e salientando que cada um/a faz a sua parte, cuidando dos seus resíduos e consumindo de maneira desmoderada, pois, existe a reciclagem como resolutiva para tal problemática.

Ao que diz respeito ao componente curricular Educação Física com o seguinte fragmento de texto "[...]multiplicidade de padrões de desenvolvimento "[...] posturas consumistas[...]" (Sergipe, 2018, p.210) é possível perceber aspectos com uma inclinação a Educação Ambiental crítica. Ademais, é preciso ressaltar que ares voltados para a Educação Ambiental só foram encontrados no texto introdutório do Currículo de Sergipe no que tange ao componente curricular Educação Física. Desse modo, como não tem nada mais a ser analisado nesse componente, o que se revelou foi uma concepção crítica.

É interessante que seja trabalhado no componente curricular de Educação Física os padrões de consumo, porém, não fica nítido o que é entendido nesse currículo por "[...] posturas consumistas[...]" (Sergipe, 2018, p.210). Seria muito pertinente se esse pensamento fosse desenvolvido, uma vez que vivemos em uma sociedade na qual se anseia pelo consumo de itens que sempre chegam no mercado com atualizações e modificações, que na maioria das vezes não tem muito significado perante o funcionamento ou a utilidade do produto. No entanto, com a obsolescência programada/planejada junta-se a vontade de consumir e a produção de produtos feitos para terem uma vida curta (Rossini; Naspolini, 2017).

A visão naturalista de Educação Ambiental veio à tona no componente curricular Língua Portuguesa, tendo como foco os elementos da natureza, pois nos 1º e 2º anos encontra-se presente em seu texto aspectos que nos remetem a essa visão "[...]fauna, flora, clima[...]" (Sergipe, 2018, p. 294). A corrente naturalista é direcionada para a interação da humanidade com a natureza- se diferindo da visão crítica, que entende que humanidade

e natureza são uma só. A mesma, reconhece e valoriza a natureza, tudo isso "[...] além dos recursos que ela proporciona e do saber que se possa obter dela" (Sauvé, 2005, p. 19).

É possível entender que o componente curricular Língua Portuguesa com uma visão naturalista e recursista, pois, a mesma refere-se a natureza apenas como uma provedora de recursos. Ou seja, como mensagem subliminar, diz que tudo o que existe na natureza é para que a humanidade possa desfrutar, sem levar em consideração a maneira como esses bens estão sendo utilizados. Vale ressaltar que mais uma vez é utilizada a palavra recurso ao invés de bem natural. Isso confirma a ideia de que as pessoas por trás da confecção do Currículo de Sergipe não pensaram em criar um documento que preze pelo cuidado com a natureza, apenas preza pela preservação por conta do conceito errôneo de que a atual e futura geração precisa ter a natureza preservada para que possa "usufruir" da mesma, uma vez que, ela é considerada como um recurso.

No componente curricular Geografia do 1º ano trata-se de "[...]noções de produção, circulação e consumo[...]" (Sergipe, 2018, p.411), esbravejando que logo no primeiro ano os/as pequenos/as precisam entender de produção e consumo. O que está atrelado a concepção conservacionista, dando ênfase na extração e expropriação dos ditos por ela como recursos naturais- pois é assim que essa vertente entende a natureza, como provedora de recursos e consequentemente de riquezas, tudo isso por intermédio da exploração das pessoas e consequentemente do ambiente. "Encontramos aqui uma preocupação com a "administração do meio ambiente", ou melhor dizendo, de gestão ambiental" (Sauvé, 2005, p. 20).

Sabendo que no componente curricular de Geografia o Currículo de Sergipe afirma que é importante ter noções acerca de produção e consumo, fica nítido para que tipo de sociedade esse/a sujeito/a está sendo formado/a. Ou seja, uma sociedade que consome sem pensar nas consequências e nos impactos que o consumo exacerbado gera. Para além disso, ainda promove o pensamento de gerir a natureza como se a mesma fosse uma empresa. Assim, percebemos que nas entrelinhas desse currículo a preocupação que se tem para com a natureza é somente pelo fato de necessitar dos bens advindos da mesma.

Coadunando com o capitalismo e seguindo com a sua lógica perversa de produção e consumo em larga escala, explorando a natureza- e o/a homem/mulher, pois também somos natureza. Fazendo assim, com que a problemática socioambiental não se finde, uma vez que, em uma sociedade na qual muitos produzem, mas pouco possuem,

existe a camada que se utiliza dessa situação para se manter no topo da pirâmide. E, tudo isso é realizado com o apoio das instituições de ensino que contém um currículo que preza pela gestão ambiental (Oliveira, 2002).

Entendendo os bens naturais como recursos naturais e se utilizando de termos como explorar, nos faz crer que ao que compete o componente curricular de Geografia no Currículo de Sergipe, não há nenhuma discussão que promova a criação de um pensamento crítico aos/as seus/suas estudantes. Ao contrário, os/as mesmos/as irão aprender nas escolas que o ideal é explorar a natureza e não cuidar. E sim, os bens existentes no meio natural podem ser explorados, pois, a sua existência se dá com o propósito de nos servir. E assim, ocorrerá a continuidade de uma formação cidadã que não se sensibiliza perante a problemática socioambiental (Oliveira, 2002).

Perante inúmeras discussões com cunho socioambiental que poderiam ter sido discutidas no componente curricular de História, as pessoas que pensaram e construíram o Currículo de Sergipe se detiveram a tratar acerca apenas de desmatamento e contaminação. É importante falar que é relevante abordar essas questões, no entanto a dimensão ambiental vai além. Principalmente quando pensamos em História, na qual poderiam ser trabalhadas questões as quais desencadearam a problemática socioambiental, uma vez que somos um povo colonizado, e sofremos os resquícios dessa colonização na contemporaneidade. Então, seria oportuno trabalhar na História questões que nos levaram a desigualdade social, a marginalização, uma vez que, não é possível cuidar do ambiente sem ter os direitos básicos.

Os objetivos de conhecimento do 3º ano "[...]suas áreas de conservação ambiental[...]" (Sergipe, 2018, p.451). Aqui fica ainda mais evidente a concepção conservacionista do componente curricular de História. Dando destaque as áreas de conservação, ressaltando que, para não ficarmos sem nenhuma parte do ambiente que seja intocada, é preciso escolher alguns espaços para serem conservados. Fortalecendo mais uma vez que algumas áreas devem e podem ser sacrificadas em detrimento de outras (Slva; Silva, 2017).

O componente curricular Ciências no 1º ano diz respeito a "[...]sustentabilidade (coleta seletiva e reciclagem) [...]refletir sobre a prática do consumo excessivo e o descarte incorreto dos resíduos no ambiente, investigando e divulgando na comunidade algumas ações sustentáveis" (Sergipe, 2018, p.493). Vemos a presença do reducionismo

da sustentabilidade a ideia de reciclagem. De início, já vemos que a problemática referente ao lixo, aparece praticamente como sinônimo de sustentabilidade, mas sabemos que uma não equivale a outra. A sustentabilidade é uma maneira de ser e conviver entre os seres vivos e não vivos, respeitando às limitações de, além de presar pelas necessidades das gerações (Boff, 2017). Ademais, é de suma importância refletir sobre o consumo excessivo e o descarte inadequado de resíduos, porém, realizar essa discussão a margem da reflexão não conseguirá promover ações sustentáveis.

O que se refere ao componente curricular Matemática que dá ênfase aos elementos da natureza e no consumo consciente destacando os "[...]elementos da natureza[...]" (Sergipe, 2018, p.534). Ela se caracteriza como pragmática, pois, tem como base a perspectiva do consumo consciente. Encarando a problemática socioambiental como aspectos que dizem respeito apenas a reciclagem. Dando ênfase nos elementos da natureza, focando em ações individuais e propagando o discurso pragmático de que se cada um fizer a sua parte, alcançaremos ações sustentáveis, tudo isso por intermédio da reciclagem (Layrargues; Lima, 2011).

O componente curricular Ensino Religioso se enfatiza na versão naturalista e o que se apresenta em seu texto referente a Educação Ambiental é a palavra "[...]natureza[...]" (Sergipe, 2018, p.652). Nos levando a crer que a natureza é considerada aqui, o meio natural em si, as árvores, os rios... e não como uma totalidade, perdendo força perante a busca pelo preceito socioambiental. Fazendo assim, com que, mais uma vez haja a dicotomia sociedade natureza, e o falso entendimento de que não somos um só. No momento em que há essa separação, muito se é perdido. Pois, deveremos entender e aceitar essa união, para assim termos força contra a lógica capitalista, que propaga desigualdades sociais e ambientais (Layrargues; Lima, 2011).

A Educação Ambiental ocupa no Currículo de Sergipe um lugar no qual a natureza é entendida como provedora de recursos naturais, baseando-se em concepções pragmáticas, naturalistas e conservacionistas. No componente curricular de Educação Física encontramos um possível pensamento crítico, pois a mesma abordou o tema de consumo, no entanto, vimos um pensamento genérico e que foge da criticidade. Em nenhum momento tratou-se acerca da dimensão ambiental, pois, em todo momento a natureza foi vista como um ambiente a ter os seus bens explorados, apenas com pequenos

pedaços a serem preservados, para que exista pelo menos o mínimo possível de área natural. Uma vez que, a sensibilização e o cuidado não estão presentes nesse currículo.

Não obstante, ainda influenciam /encorajam os/as estudantes a terem/criarem conceitos reducionistas acerca da natureza, fortalecendo o imaginário de que a natureza existe para servir aos seres humanos e por isso não devemos tratá-la de outro modo a não ser como "recurso natural". Isso está visivelmente presente em trechos do Currículo de Sergipe, como por exemplo: "[...]compreender a importância da conservação do ambiente e a preservação das espécies como formas de garantir a manutenção do equilíbrio ambiental[...]" (Sergipe, 2018, p.501).

"A perda da identidade orgânica do homem com a natureza, se dá a partir do capital, que gera a contradição e que, na contradição, gera a perda da identificação do homem com a natureza e, consequentemente, a degradação ambiental" (Oliveira, 2002, p.6). Quando se forma uma sociedade com perspectivas conservacionistas, naturalistas, pragmáticas, está formando-se uma sociedade apta para agir de acordo com o predomínio capitalista, dando o aval para que a mesma, entenda o meio social separado do meio social, além de se entender como superior e detentora de poder acerca da natureza.

Para tanto, formar uma sociedade que não entende a natureza por um viés de subsistência é ser conivente com a exploração e degradação da mesma. Permitindo que esses/as cidadãos/as apenas entendam a natureza como algo distante, não se sentindo parte dela. O que implica na dificuldade de ser uma pessoa sensibilizada e comprometida com o cuidado para com a natureza. Fazendo com que as futuras gerações continuem a perpetuar atitudes reducionistas e sem nenhuma perspectiva de mudança nem melhoria (Boff, 2016).

Essas tendências de Educação Ambiental tendem a separar o social do natural, propagando o conceito de que sociedade e natureza não estão conectadas. Deste modo, problemática social não se cruza com problemática socioambiental. No entanto, isso ocorre para que as pessoas não se sensibilizem e continuem o processo de degradação do meio natural. O que é um erro gravíssimo, ao invés de pensarem em um currículo que leve os/as discentes a pensar/refletir, apenas os condiciona a reproduzir a lógica perversa do capitalismo. "O conservacionismo e o conservadorismo se fundem porque ao adotarem uma perspectiva com viés ecológico da questão ambiental perdem de vista as dimensões sociais, políticas e culturais [...]" (Layrargues; Lima, 2011, p.30).

Diante do exposto, reforçamos a importância da dimensão ambiental em todos os níveis de educação, inclusive nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Sem esquecer que a Educação Ambiental deve estar presente no currículo escolar como uma dimensão sendo proposta de modo trasnversal e interdisciplinar como preconiza a Lei nº 9.795/1999 de Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999). Possibilitando aos/as educandos/as já desenvolverem sentimento de pertencimento a natureza durante a fase inicial de sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tanto, implica na construção de uma sociedade que não busca tratar o ambiente, a natureza como parte de sim, mas, como um emaranhado de "coisas" que existem para servir a humanidade. Sendo assim, não será possível promover uma sociedade que busque promover a justiça ambiental, pois, não serão capazes de perceber que enquanto houver desigualdade social, não será possível cuidar do ambiente e o movimento de exploração humana e da natureza irá continuar. Deste modo, é necessário promover modificações no Currículo de Sergipe, fazendo a transição de uma Educação Ambiental conservacionista/pragmática para uma Educação Ambiental crítica.

Desta feita, entendendo o currículo como um documento de poder, é necessário que o pessoal delegado a produzi-lo não seja cooptado ou atrelado ao capital, pois, isso apenas promoveria a manutenção do *status quo*. E sim, buscar a criação de um currículo que culmine em uma sociedade na qual o/a homem/mulher não sejam presos/as pelas amarras invisíveis do sistema econômico em vigência. Alcançando uma sociedade equitativa e, por meio desta, impetrando o equilíbrio ambiental.

Concluímos que há chances de promover a formação de seres emancipados/as por intermédio do Currículo de Sergipe, se utilizinado de suas fragilidades para ressaltar o que uma sociedade ambientalmente equilibrada não deve se pautar. Apontando as suas fragilidades e contradições, para assim, promover a sensibilização dos/as discentes. Revelando aos/as educandos/as que o sistema cria dispositivos para que pensemos na natureza como provedora de recurso e riqueza. Alargando o nosso sentimento de pertencimento para com ela, e nos estimulando a compreendê-la como um mananial de recursos a serem extraídos para a produção de capital. Nos levando a deixar para trás o

pensamento de que todos os bens naturais devem apenas ser usados com o próposito de subsistência.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70ª.ed. Lisboa: Edições, 2006.

BRASIL. Lei 9795. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BOFF, L. **Saber cuidar:** ética do humano-compaixão pela terra. Edição Digital. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é? O que não é?** 5º. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F.B. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.20, n.1, p. 111-121, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1414-49802017.001100013. Acesso em: 18 abr. 2024.

LAYRARGUES, P. P. **Educação ambiental com compromisso social**: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, C. F.B; LAYRARGUES, P.P; CASTRO, R. Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

LAYRARGUES, P.P; LIMA, G. F. C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In VI Encontro "Pesquisa em Educação Ambiental" A pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil. Ribeirão Preto, 2011.

LOUREIRO, C. F. B. Contribuições teórico-metodológicas para a educação ambiental com povos tradicionais. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, n. Especial, p. 133-146, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22409/resa2020.v0i0.a40188. Acesso em: 12 jul. 2024.

MODESTO, M. A. Pela estrada se vai com anseios no peito e pés no chão: por entre quereres e fazeres da (trans)formação ambiental na educação do campo. 2019. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11845. Acesso em: 12 jul. 2024.

MODESTO, M.A; ARAÚJO, M. I. Perspectivas da eduação ambiental na formação docente e os desafios para a (re)construção de uma sociedade sustentável. **Mandacaru: Revista de Ensino de Ciências e Matemátia**, [*S.l.*], v. 1, n. 1, p. 5-24, 2021. Disponível em: https://www.journals.ufrpe.br/index.php/mandacaru/article/view/4067. Acesso em: 25 set. 2024.

OLIVEIRA, A. M.S. de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Pegada- A Revista da Geografia do Trabalho**, [*S. l.*], v.3, 2002. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/793. Acesso em: 18 abr. 2024.

ROSSINI, V.; NASPOLINI, S. H. Obsolescência programada e meio ambiente: a geração de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Brasília, v.3, n.1, p.51-71, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9687/2017.v3i1.2044. Acesso em: 25 jul.2024.

RUFINO, L; CAMARGO, D. R; SÁNCHEZ, C. Educação Ambiental desde El Sur: a perspectiva da terrexistência como política e poética decolonial. Revista Sergipana de Educação Ambiental, [*S,l.*], v. 7, n. Especial, p. 1-11, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/revisea/article/review/14520. Acesso em: 11 jul. 2024.

SILVA, A. S. Fetichismo, alienação e educação como mercadoria. Revista Reflexão e Ação, v.19, n. 1, p. 123-139, 2011. Disponível em: https://doi.org/0.17058/rea.v19i1.1900. Acesso em: 10 jul. 2024.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. in: SATO, M.; CARVALHO, Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto alegre: Artmed,2005.

SILVA, J. da. B.; SILVA, M.C. de. P. Educação Ambiental aplicada em Parque Estadual no Pará: uma perspectiva crítica. **Revista Geografia Academica**, v.11, n. 1, p. 75-86, 2017. Disponivel em: https://biblat.unam.mx/hevila/revistageograficaacademica/2017/vol11/n1/6.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

SILVA, M. J.; MUZZETI, L. R. Educação brasileira: projeto de uma crise. **Revista Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v.8, n.2, p. 223-243, 2018. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/10140. Acesso em: 23 jul. 2024.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução ás teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SERGIPE. Currículo de Sergipe: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Regulamentado no Sistema Estadual de Ensino por meio do Parecer nº 388/2018/CEE e da Resolução nº 04/2018/CEE. Aracaju: Câmara Municipal, 28 dez. 2018a.disponível em: https://www.seed.se.gov.br/arquivos/CURRiCULO.DE.SERGIPE.v.02-Regulamentado.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.